

## **PORTARIA Nº 1.504 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1987**

(Publicada no Diário Oficial de 02/12/1987)

**Dispõe sobre dilação de prazo de recolhimento do ICM pelos estabelecimentos comerciais varejistas, que efetuarem vendas a crédito, sem interveniência de instituições financeiras, ainda que pertencentes ao mesmo grupo e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 38 da Lei nº 3.956/81 e art. 101, I do RICMS/81, tendo em vista os freqüentes apelos das associações representativas do comércio do Estado e considerando os benefícios decorrentes da compatibilização entre o prazo de recolhimento do imposto e o prazo médio de ingresso, no estabelecimento, das receitas de vendas a crédito, e, por fim, com o objetivo de propiciar, dessa forma, a que as camadas da população de menor poder aquisitivo possam desfrutar, mais facilmente, dos bens de consumo,

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Os estabelecimentos comerciais varejistas que, nos últimos 6 (seis) meses, comprovarem a preponderância de vendas a crédito, sem interveniência de instituições financeiras, ainda que pertencentes ao mesmo grupo, de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vendas totais, terão o prazo de recolhimento do imposto dilatado para o 10º (décimo) dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

**Art. 2º** A fruição do benefício de que trata o artigo antecedente, fica condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições:

**I** - que as vendas a crédito sejam efetuadas por prazo médio igual ou superior a 60 (sessenta) dias, observado o princípio da autonomia de cada estabelecimento;

**II** - que o contribuinte através de petição escrita, devidamente instruída com a prova da preponderância prevista no artigo anterior, requeira ao Inspetor Fazendário de seu domicílio o enquadramento no regime instituído por esta Portaria.

**Art. 3º** Deferido o pedido de que cuida o inciso II do artigo anterior, o contribuinte ficará automaticamente enquadrado no gozo da dilação de prazo ora concedida, a qual se aplicará aos fatos geradores ocorridos no mês de enquadramento, sujeitando-se, porém, a auditoria trimestral por parte da Secretaria da Fazenda.

**Art. 4º** Desatendidas as exigências estatuídas nos artigos 1º e 2º, inciso I, o contribuinte ficará automaticamente desenquadrado do benefício.

**Art. 5º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 01 de dezembro de 1987.

**SERGIO GAUDENZI**

Secretário